



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

MODIFICADO

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro Oficial do Ministério Público, designado pela Portaria N.º 1.778/11, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, torna público que no **dia 23 de Agosto de 2012, às 09hs**, na Sala de Licitações - Anexo Administrativo do Ministério Público da Paraíba, localizado na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, João Pessoa/PB, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo menor preço para os lotes ofertados, através do Sistema de Registro de Preço, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para contratações eventuais e futuras de **SERVIÇOS GRÁFICOS**, com garantia, para fins de confecção e edição de diversos itens, conforme discriminado no Termo de Referência e anexo deste edital, observadas às disposições contidas na **Lei Federal N.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar Federal N.º 123/2006, Decreto Estadual N.º 24.649/2003, de 03/12/2003 e Decreto Estadual N.º 26.375/05, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o Decreto Federal N.º 3.391/01 e a Lei N.º 8.666, de 21/06/93**, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

Telefones para contato: (83) 2107.6064/2107.6073

1. DO OBJETO

1.1. Seleção de pessoa(s) jurídica(s) **do ramo pertinente**, para o **REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando a contratação, eventual e futura de **SERVIÇOS GRÁFICOS**, com garantia, incluindo-se confecção, edição e prova de diversos itens, para atender às necessidades do Ministério Público da Paraíba, conforme quantitativo e especificações constantes do Anexo deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. **DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, se for o caso.** Para usufruir do tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e



Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), as licitantes **DEVERÃO** comprovar que estão registradas, na Junta Comercial do Estado de origem, como enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por **meio de declaração** (conforme modelo do Anexo III), declarando, sob as penas da lei, que estão enquadradas com ME ou EPP na Junta Comercial e que atendem aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, além de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando aptas a usufruírem do tratamento favorecido e que não se incluem em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, **OU AINDA PODERÃO** apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **datada de 2012.**

2.2.1. A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.

2.2.2. O Documento (DECLARAÇÃO) de que trata o Item 2.2 deverá ser apresentado junto com o credenciamento ou, facultativamente, junto com a proposta.

2.2.3. Os licitantes deverão observar as situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, que são causas excludentes do regime diferenciado e de favorecimento das ME e EPP que se enquadrem em uma das hipóteses do citado parágrafo.

2.2.3.1. Ficam os administradores ou titulares das licitantes e seus procuradores ou prepostos advertidos de que constitui crime fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, punido com pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo das demais punições previstas.

2.3. Não será admitida, nesta licitação, a participação de:

2.3.1. Empresas que NÃO atendam às condições deste Edital;

2.3.2. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça;



2.3.3. Empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si ou possua sócio comum nas empresas que apresentarem propostas para o presente certame, que, no caso, será admitida a que apresentar a proposta escrita de menor valor entre elas;

2.3.4. Pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, devendo ser apresentada DECLARAÇÃO, conforme o Anexo IV, no ato do CREDENCIAMENTO ou na PROPOSTA, para participação no presente certame.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido no setor de protocolo, deste órgão, situado na Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, João Pessoa/PB, andar térreo, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que antecede à data de realização da sessão pública do pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O interessado ou seu procurador deverá se apresentar ao Pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, **INCLUSIVE COM PODERES PARA FORMULAÇÃO DE OFERTAS E LANCES VERBAIS.**

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará sua imediata exclusão em participar dos atos seguintes, salvo autorização expressa do Pregoeiro, mantida a proposta escrita, desde que aceita.



4.4. PARA O CREDENCIAMENTO, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.4.1. Tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (**cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência**).

4.4.2. Tratando-se de procurador: a **PROCURAÇÃO por instrumento público deverá CONSTAR PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga (**cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência**).

4.4.3. Tanto o representante legal como o Procurador deverão se identificar, exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.4.4. Sendo A **PROCURAÇÃO PARTICULAR, DEVERÁ TER FIRMA RECONHECIDA** e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica - contrato social onde se possa identificar o ADMINISTRADOR), **que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.**

4.4.5. **Deverá ser apresentada DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo IV, no ato do CREDENCIAMENTO ou na PROPOSTA, declarando que, na licitante - Pessoa Jurídica - não participam, como sócio, gerente, diretores, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau quaisquer membros ou servidores do Ministério Público.**

4.5. Os documentos citados no item 4.4 e respectivos subitens (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do pregão. No caso de cópias, deverão estar autenticadas por tabelião ou pelo Pregoeiro ou membro da sua equipe de apoio.

4.6. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.7. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.



5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou de seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, o Pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, receberá os documentos abaixo relacionados, que serão registrados em ata, bem como os nomes dos licitantes presentes:

5.1.1. DECLARAÇÃO de cumprimento dos requisitos de habilitação, SEPARADA DE QUALQUER DOS ENVELOPES exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que atende às condições do presente certame, conforme Modelo, constante do Anexo II deste edital;

5.1.2. Envelopes separados, contendo a documentação exigida para Proposta de Preço (Envelope “A”) e Habilitação (Envelope “B”), devidamente fechados.

5.2. Aberta a sessão, não mais serão admitidos novos licitantes.

5.3. Os documentos relativos a proposta de preço e a habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:

a) Envelope contendo os documentos relativos à proposta de preço:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 035/2011/MP/PB

LICITANTE: _____

ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇO)

b) Envelope contendo os documentos de habilitação:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 035/2011/MP

LICITANTE: _____

ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)



5.4. Não será admitida a remessa dos envelopes “A” e “B”- proposta de preço e habilitação, por via postal.

5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial. No caso de cópias, serão aceitas desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pelo Pregoeiro ou por sua equipe de apoio.

5.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente.

5.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.9. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

5.10. A não-entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste edital implicará não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame.

5.11. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE “A”)

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”, conforme especificado no item 5.3, alínea “a”.

6.2. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada/digitada, com a identificação da razão social, endereço e CNPJ da proponente, o preço unitário, com os seus totais para os itens, dentro do qual deverão estar incluídas todas as despesas incidentes, inclusive frete, em moeda nacional, com a especificação dos produtos,



estando a proposta datada, rubricada(s) por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e **deverá conter, além de outras informações de livre disposição, as seguintes informações:**

- a) Designação do número desta licitação;
- b) **DECLARAÇÃO, no corpo da proposta**, de que a sua validade não é inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura. Na falta de tal informação, será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;
- c) **DECLARAÇÃO, no corpo da proposta**, ou em escrito à parte, de que estão incluídos, nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, e outros de quaisquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação. A Procuradoria Geral de Justiça não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;
- d) **DECLARAÇÃO, no corpo da proposta ou no credenciamento**, de que não possui, em seus quadros, como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau de membros ou servidores do MP, conforme modelo do Anexo IV;
- e) **NO CASO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão apresentar, PARA SE IDENTIFICAR no certame e usufruir o tratamento diferenciado estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/06), DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo III ou apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, DATADA DE 2012.**

e.1) A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.4.2. deste edital.

e.2) A licitante que optar pela apresentação da declaração, caso seja vencedora, fica no dever de apresentar, no ato de assinatura da ARP, a Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado, DATADA DO ANO DE 2012.

6.3. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.



6.4. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste edital.

6.5. Ficam vedadas:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa;
- b) a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

7. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE “B”

7.1. As licitantes deverão apresentar no envelope “B” - Documentos de Habilitação, que demonstram atendimento às exigências indicadas neste item.

7.2. Serão aceitas as certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as às verificações, caso necessário.

7.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal do domicílio ou a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Municipal, Estadual e Federal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;



d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

Certidão negativa de falência ou concordata, emitida pelo distribuidor da sede da licitante, **exigindo-se que tenha sido expedida, no mínimo, A PARTIR DE 01 DE JUNHO DE 2012.**

7.6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) **Licença de Operação** da Licitante proponente aprovada e expedida pelo órgão ambiental competente, com data de validade vigente.

a.1) No caso de licença vencida, a licitante deverá comprovar documentalmente através de **Certidão emitida pelo órgão ambiental** competente que requereu sua renovação e que a mesma encontra-se autorizada a permanecer em atividade até a conclusão do processo de renovação, anexando à licença vencida e o documento de registro do pedido de renovação.

a.2) No caso de empresa isenta de Licença de Operação expedida por órgão ambiental, a licitante deverá apresentar documento do órgão ambiental competente que comprove sua isenção.

b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) **ATESTADO** de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.7. DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo - **Anexo I.**

7.6.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentadas os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão.



8. DA SESSÃO - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, se for o caso, **COMPROVANDO, possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lances)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. Aberta a sessão, o representante legal ou seu procurador entregará ao Pregoeiro, declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 (Anexo II) além de 02 (dois) envelopes separados, contendo em um deles a proposta de preços e em outro a documentação de habilitação.

8.3. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes “A”, contendo as propostas, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, sendo classificadas as propostas dos licitantes de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente às de menor preço, para os itens licitados.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que os licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.

8.5. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes. Os lances verbais serão feitos para o preço do Item Ofertado até o encerramento do julgamento deste.

8.6. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, do valor total do Item, inferior à proposta de menor preço.



8.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valores, decidindo motivadamente a respeito.

8.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação - " B"- do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.11.1. Na apreciação e no julgamento das propostas não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento, nem serão permitidas ofertas baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se o licitante a executar as condições da proposta apresentada.

8.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o(s) item(ns), objeto do certame.

8.13. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o(s) item(s)/objeto do certame.

8.13.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- b) apresentem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis ou valores dos itens dos lotes superiores ao médio fixado no ato convocatório;
- c) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.14. Nas situações previstas nos incisos 8.9., 8.10., e 8.13, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.15. O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento do pregão, nova proposta escrita acompanhada de nova planilha de preços atualizada contendo a distribuição proporcional do percentual de redução obtido nos valores finais ofertados na sessão de licitação, após os lances e negociação, observando o disposto no inciso 6.2, em conformidade com o anexo deste edital e de acordo com o correspondente lote adjudicado.



8.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e licitantes presentes.

8.17. As omissões irrelevantes não ensejarão a desclassificação do licitantes vencedor, salvo se causarem prejuízo à Administração ou lesarem direitos dos demais proponentes.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **desde que devidamente registradas e enquadradas** no Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, como ME ou EPP, terão tratamento diferenciado e favorecido no certame, conforme dispõe a Lei Complementar Federal N.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

9.2. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA DAS ME E EPP - Para USUFRUIR DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO, AS LICITANTES DEVERÃO IDENTIFICAR-SE NO CERTAME como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no dia da sessão de credenciamento e recebimento dos envelopes, através da DECLARAÇÃO, com modelo constante neste edital (Anexo III) ou com apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante, DATADA DE 2010.

9.3. O documento de que trata o subitem anterior **deverá ser anexado junto à documentação do credenciamento, para participação do certame, ou, facultativamente, junto à proposta.**

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte gozarão dos seguintes tratamentos diferenciados e favorecidos:

9.4.1. A comprovação de regularidade fiscal só será exigida, para efeitos de assinatura da Ata de Registro de Preços;

9.4.2. As licitantes ME ou EPP **DEVERÃO APRESENTAR, obrigatoriamente, TODA A DOCUMENTAÇÃO** exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

9.4.2.1. **As MEs e EPPs não podem deixar de apresentar nenhuma documentação** exigida no ato convocatório, seja qual for, **sob pena de ser inabilitada.**

9.4.3. Havendo alguma restrição, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da



documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;

9.4.4. A não-regularização, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81 da Lei N.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação;

9.4.5. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

9.4.6. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço;

9.4.7. Ocorrendo empate, a ME ou EPP mais bem classificada, será convocada, para, querendo, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

9.4.8. Havendo mais de uma ME ou EPP e não ocorrendo oferta na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem de classificação, que por ventura se enquadrem na hipótese da letra “8.9”, para o exercício do mesmo direito;

9.4.9. Na hipótese de valores equivalentes apresentados pelas ME ou EPP que estejam no intervalo do item “9.4.6.”, será realizado sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta;

9.4.10. Quando a melhor oferta apresentada for de uma ME ou EPP não haverá empate na forma descrita no item “9.4.6.”;

9.4.11. Não havendo apresentação de novas propostas por parte de ME e EPP o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta vencedora apresentada;

9.4.12. É obrigatória a presença de um representante da licitante credenciado para o exercício do direito a apresentar nova proposta, na forma da LC 123/06, sob pena de preclusão;

9.4.13. O enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte será exigida para o dia da sessão de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação, devendo permanecer, no mínimo, até a assinatura da Ata de Registro de Preços ou a notificação para entrega do objeto, neste caso de se tratar de entrega imediata.

10. DO REGISTRO DE PREÇO



10.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços, relativo à aquisição de bens e serviços, visando a eventuais e futuras da Administração Pública.

10.2. A Ata de Registro de Preço é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação/aquisição, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgão participantes, conforme especificações contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas apresentadas pelos licitantes, conforme exigências editalícias.

10.3. Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimento do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

10.4. O Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa do procedimento licitatório para Registro de Preço, bem como integrante da futura ARP.

10.5. O Órgão Gerenciador do presente SRP será o Ministério Público do Estado da Paraíba/ Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, através do seu Núcleo de Registro de Preços.

10.6. A descrição e quantidades constante no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em um (01) ano, e em conformidade com a legislação, não obrigando o MP/PB-PGJ a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição.

10.7. O presente Registro de Preços terá validade de um (01) ano, a contar da data de assinatura da respectiva ARP.

10.8. A existência de Registro de Preço não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade e de condições.

10.9. Este Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizado por qualquer órgão da Administração Pública, independente da condição de órgão participante do presente certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, até o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo inicialmente previsto, desde que devidamente comprovada a vantagem e o comprimento das exigências da legislação.

8.6.1. Caberá ao beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, apta pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.



10.10. Homologado o resultado do certame, o Núcleo de Registro de Preços do MP/PB convocará os interessados para assinatura da ARP, no prazo de até 02 (dois) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade.

10.11. A aquisição dos produtos junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Núcleo de Registro de Preços desta Procuradoria, através de requisição formal, ou similar, no que couber.

10.12. Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Item respectivo, ou licitá-lo.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

11.1. A licitante vencedora, antes da assinatura da ata e durante sua vigência poderá ser submetida a fiscalização pelo órgão ambiental competente e técnicos do Ministério Público para inspeção em suas instalações para cumprimento da legislação ambiental.

11.2. Homologado o julgamento, após o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para assinar a ARP, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 02 (dois) dias, a contar da data de recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período.

11.3. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental e/ou não apresentar regularidade sócio-ambiental a ser atestado pelo órgão ambiental estadual, no ato de assinatura da ata, ou recusar-se injustificadamente a assinar no prazo estabelecido, as demais licitantes serão convocadas, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.4. A ARP observará a minuta do anexo deste edital e firmará compromisso para eventual aquisição, com validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma da legislação aplicável.

11.5. Para efeito de verificação da conformidade do objeto deste edital com as especificações constantes na proposta de preço apresentada, a Diretoria Administrativa, através do Departamento de Material e Patrimônio e do setor requisitante dos bens, terá o prazo de até 02 (dois) dias, contados da data da entrega dos bens, oportunidade em que



os aceitará, atestando a respectiva nota fiscal/fatura, ou os rejeitará, na hipótese de desconformidade com a proposta de preço apresentada no certame.

11.6. Quando o fornecedor não apresentar situação regular fiscal e/ou sócio-ambiental no ato de assinatura da ta, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.7. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das proposta no certame licitatório, sem que haja convocação por parte do Ministério Público da Paraíba/Procuradoria-Geral de Justiça, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos.

11.8. A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na legislação aplicada.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o(s) item(ns), objeto do certame, ao(s) respectivo(s) vencedor, sendo posteriormente submetido à Autoridade competente, para a homologação.

12.2. Após a adjudicação do(s) item(ns) e a homologação da Autoridade competente, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) notificado(s), mediante notificação expedida para o seu representante credenciado ou em sua falta remetida para o endereço constante na proposta, preferencialmente via Fax, para apresentar a Certidão Simplificada do seu Enquadramento como ME ou EPP, se for o caso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. A contagem do prazo se inicia com a notificação.

12.3. A adjudicação se dará por Item.

13. DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A contratada poderá ser submetida a fiscalização pelo órgão ambiental competente e técnicos do Ministério Público para inspeção em suas instalações para cumprimento da legislação ambiental.

13.1. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental e/ou não apresentar regularidade sócio-ambiental a ser atestado pelo órgão ambiental competente, no ato de assinatura do contrato, ou recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato no prazo estabelecido, ensejará o cancelamento do Registro de Preço, com convocação dos remanescentes para assinatura da Ata e celebração do Contrato,



observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.1.1 Para a assinatura do contrato, é indispensável a manutenção das condições de habilitação apresentadas pela adjudicatária no Pregão e a regularidade sócio-ambiental.

13.2. Será firmado Contrato com o valor máximo estimado com a respectiva licitante vencedora para execução dos serviços gráficos, por demanda por item, conforme necessidade, com base nos dispositivos do Instrumento Convocatório e seus anexos, conforme proposta final apresentada, com vigência contratual de 12 (DOZE) meses, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes.

13.3. A licitante vencedora terá o prazo de 02 (dois) dias, após a convocação, para assinatura do contrato.

13.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.5. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, facultada a supressão além deste limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

14. DAS SANÇÕES

14.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, cometer qualquer dos itens abaixo relacionados sofrerá as sanções descritas em lei, além das previstas neste edital:

14.1.1 Recusar-se injustificadamente a entregar o bem ofertado;

14.1.2. Apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública;

14.1.3. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.1.4. Ensejar o retardamento da entrega do objeto;

14.1.5. Não manter a proposta apresentada;

14.1.6. Falhar ou fraudar a entrega do objeto;

14.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.8. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

14.1.9. Dentre outras faltas não previstas neste instrumento, mas que prejudiquem o objeto deste.



14.2. Ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SIREF ou sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na minuta de contrato, em anexo, e das demais cominações legais.

14.3. A administração superior do Ministério Público poderá suspender a licitante pelo prazo de até dois anos de participar de licitação no âmbito da Instituição Ministerial no caso de não cumprimento das obrigações expostas no ato convocatório e na Ata de Registro de Preço.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO

15.1. O pagamento será feito até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correspondente à aquisição do objeto pelo preço final vencedor, devidamente atestada, conjuntamente, por servidores do Departamento de Material e Patrimônio e do setor requisitante, verificada a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

15.2. Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual n.32.086/2011.

16. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1. Os produtos, objeto do Pregão, somente serão recebidos depois de atestados pelo Departamento de Material e Patrimônio e pelo setor requisitante desta Procuradoria-Geral de Justiça, através de vistoria e termo de recebimento, observadas as especificações contidas no termo de referência e proposta vencedora, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em 02 (duas) vias.

16.2. A entrega dos produtos deverá ser realizada pela empresa contratada, sem ônus para esta Procuradoria, no Departamento de Material e Patrimônio, localizado na Rua Treze de Maio, N.º 663, município de João Pessoa/PB, tudo conforme Termo de Referência.



16.3. O objeto licitado será submetido a uma inspeção e vistoria durante a entrega, sendo rejeitados os que não atenderem as especificações e normas técnicas, ficando a licitante vencedora na obrigação e dever de apresentar documentos que comprovem a origem, quando solicitada pelos técnicos do Ministério Público.

16.4. No caso de bens rejeitados ou defeituosos, a licitante vencedora deverá providenciar a imediata correção, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no instrumento contratual, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação, sem prejuízo de aplicação de penalidades.

16.5. A Contratada deverá entregar o material solicitado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da aprovação da prova do material apresentado, no local indicado no item 14.2., sem quaisquer ônus para o MPPB.

16.6. A prova citada deverá ser apresentada à Contratante no prazo de até 02 (dois) dias, contados da data da entrega pelo MPPB do conteúdo a ser editado e impresso.

16.7. No caso da prova ter sido rejeitada, a Contratada deverá providenciar o conserto/alteração necessária, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, para que o produto seja entregue em conformidade com o Termo de Referência e arte fornecida pelo MPPB.

16.8. Caso haja atraso na entrega das provas e/ou de eventuais ajustes, o prazo de entrega do material será reduzido na mesma proporção.

16.9. A Contratada deverá manter contato com a unidade solicitante do MPPB, quanto à entrega da prova do produto, para devida análise.

16.10. O Termo de Recebimento Definitivo só será lavrado, após a aprovação da totalidade dos itens entregues.

17. DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME

17.1. A Administração, observadas as razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

17.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

18. DOS RECURSOS

18.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo



intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.2. O acolhimento de recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.3. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

18.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

18.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

18.6. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar a respectiva ARP.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei N.º 8.666/93, e regulamento estadual do SRP e, subsidiariamente, Decreto N.º 3.931/01.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.2. Ficar resguardado ao Pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

20.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, o Pregoeiro poderá:

- a) Adiar a data da abertura desta licitação;
- b) Alterar as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

20.6. Não será permitida a retirada dos envelopes apresentados ou cancelamento de propostas, pelos licitantes, após a sua entrega.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012**

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

20.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.9. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Declaração (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
- b) Anexo II - Declaração (inciso VII do art. 4º Lei 10.520 de 17/07/2002);
- c) Anexo III - Declaração para ME e EPP;
- d) Anexo IV - Declaração exigida no item 2.3.4. deste Edital;
- e) Anexo V - Termo de Referência;
- f) Anexo VII - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- g) Anexo VIII - Minuta do Contrato.

João Pessoa, de 2012

**FRANCISCO DE ASSIS MARTINS JUNIOR
PREGOEIRO OFICIAL**



ANEXO I

PREGÃO Nº 035/2012/MPPB

DECLARAÇÃO

(Razão Social do LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o N.º _____, sediada na (endereço completo)____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui, em seu quadro de empregados, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis)

anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2012.

(Nome e assinatura do Declarante)



ANEXO II

PREGÃO N.º 035/2012/MPPB

DECLARAÇÃO

_____ (Razão Social do LICITANTE) _____, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, sediada na _____ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do subitem 7.0 do presente edital.

João Pessoa, ____ de _____ de 2012.

(Nome e assinatura do Declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



ANEXO III

PREGÃO N.º 035/2012/MPPB

Modelo de Declaração, apenas, para empresas enquadradas na Junta Comercial do seu Estado como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

DECLARAÇÃO

(nome do administrador ou representante, este no caso de firma individual).

CPF N.º____, residente na (Rua; Avenida, Bairro e Estado), **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da lei, que a Empresa (razão social da empresa) se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado (citar Estado) como sendo uma (microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme caso), e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo aos requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **DECLARA** que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que o impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Local e data

ATENÇÃO

Ass. do administrador contratual ou pelo titular

* Observe as condições para a assinatura da declaração: (A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

ANEXO IV

PREGÃO Nº 035/2012/MPPB

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que em nossos quadros não participam como sócio, gerente, diretores quaisquer membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

Local e Data

Ass. do administrador contratual ou pelo titular

CPF.: _____

RG.: _____



ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

Através do presente **Termo de Referência**, a Diretoria Administrativa do Ministério Público da Paraíba estabelece os critérios e parâmetros necessários ao REGISTRO DE PREÇOS de serviços gráficos, com fornecimento de material, com vistas a contratações eventuais e futuras de empresa do ramo especializado em serviços gráficos, conforme itens constantes das planilhas abaixo.

2. JUSTIFICATIVA

Os órgãos do Ministério Público da Paraíba, em especial as Coordenações dos projetos integrantes do Planejamento Estratégico desenvolvem suas atividades e dentre elas está a de realização de cursos, eventos, reuniões, encontros, dentre outros, todos necessitando de materiais gráficos com conteúdos específicos.

Para tanto, faz-se imprescindível a existência de Ata de Registro de Preços constando de todos os itens necessários a realização das atividades já citadas, para garantir o êxito da atuação desta Instituição e seu impacto nas ações sociais no âmbito do Estado da Paraíba, considerando os materiais gráficos e suas quantidades utilizadas nos últimos 12 (doze) meses.

3. OBJETO

3.1. Constitui-se objeto do presente documento o REGISTRO DE PREÇOS de serviços gráficos constantes da Planilha anexa, com fornecimento de material, com vistas a contratações eventuais e futuras de empresa do ramo especializado em serviços gráficos, conforme condições e especificações estabelecidas neste termo.

3.2. A empresa prestadora de serviços gráficos deverá utilizar o sistema CTP - Computer to Plate (Computador para a chapa), na confecção dos material gráfico, cujo processo de gravação de chapas dispensa o uso do fotolito, transferindo o arquivo digital direto para a chapa e com isto evitando danos ao Meio Ambiente.

4. CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUANDO DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A PRESTADORA DE SERVIÇOS se obriga a:

- a) Reparar ou substituir às suas expensas e responsabilidade todo o material produzido, nos casos de falhas detectadas, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela Prestadora de Serviços;



- b) Utilizar o sistema CTP - Computer to Plate (Computador para a chapa), na confecção dos produtos, cujo processo de gravação de chapas dispensa o uso do fotolito, transferindo o arquivo digital direto para a chapa;
- c) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação, periodicidade e especificações exigidas;
- d) Apresentar uma cópia impressa do material (“boneca”), para aprovação do requisitante do material, antes de sua impressão final, cuja via deverá conter a identificação do servidor/membro, com assinatura e matrícula;
- e) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços;
- f) Não veicular, sob nenhuma hipótese, publicidade acerca dos serviços executados para o Ministério Público da Paraíba, a não ser que haja prévia e expressa autorização deste;
- g) Executar fielmente o objeto da Ata de Registro de Preços, de forma que os serviços a serem executados obedeçam todas as especificações técnicas e qualidades exigidas, cumprindo todas as especificações estabelecidas na proposta decorrente da licitação;
- h) Submeter-se à fiscalização por parte do Ministério Público da Paraíba, acatando as determinações e especificações contidas na Ata de Registro de Preços;
- i) Atender prontamente as instruções expedidas pelo Ministério Público da Paraíba para a execução dos serviços, especialmente no que permite à metodologia a ser adotada, à matéria escolhida e às demais questões administrativas a serem suscitadas;
- j) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto a legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos;
- k) Fornecer, quando solicitado pelo Ministério Público da Paraíba, os comprovantes de recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados e nota fiscal do serviço do presente.

4.2. O Ministério Público da Paraíba se obriga a:

- a) Disponibilizar todos os meios necessários para a realização dos serviços;



- b) Permitir o acesso da Prestadora de Serviços ao local determinado necessário para apresentação do material e entrega definitiva dos itens solicitados da Ata de Registro de Preços, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;
- c) Aprovar a cópia impressa do material (“boneca”), antes de sua impressão final, apondo o nome do servidor/membro, com respectiva assinatura e matrícula;
- d) Efetuar o pagamento nos prazos e na forma estipulada na Ata de Registro de Preços;
- e) Fazer cumprir o disposto nas cláusulas da respectiva Ata de Registro de Preços;
- f) O Ministério Público da Paraíba se exime de qualquer responsabilidade por danos causados pela Prestadora de Serviços na execução dos serviços do objeto da Ata de Registro de Preços, respondendo a mesma por quaisquer danos eventualmente causados;
- g) Informar à Prestadora de Serviços sempre que notar falhas no sistema de execução dos serviços contratados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Na ocasião de ser confeccionado material gráfico que conste da Ata de Registro de preços, o órgão/setor/departamento/diretoria/promotoria deverá abrir procedimento administrativo próprio, no qual serão indicados o item, o lote e a quantidade respectivas da Ata de Registro de Preços, a ser realizada, constando da prévia autorização do Procurador-Geral de Justiça;

5.2. Após os trâmites administrativos, o pagamento será feito até o 5.º (quinto) dia útil após a entrega dos materiais, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correspondente a prestação dos serviços e entrega dos respectivos materiais, pelo preço registrado e constando do atesto do servidor/membro requisitante;

5.3. A Nota Fiscal deverá estar devidamente atestada por servidor do Departamento de Material e Patrimônio e pelo requisitante, verificada a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições dos serviços prestados e materiais entregues, bem como a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

6. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

6.1. Caberá ao Departamento de Serviços Gerais o acompanhamento da execução dos serviços de confecção e impressão dos materiais gráficos, fazendo gestão junto à empresa Prestadora de Serviços, signatária da Ata de Registro de Preços;

6.2. Abrange os serviços de acompanhamento da execução as seguintes obrigações:



6.2.1. Fornecer à Prestadora de Serviços todas as informações que forem necessárias para a prestação do serviço;

6.2.2. Recebimento da “boneca” e apresentação ao requisitante para que este a aprove ou apresente as modificações;

6.2.3. Manter com a Prestadora de Serviços relações por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente;

6.2.4. Fiscalizar a execução dos serviços registrados na Ata de registro de Preços, comunicando à Procuradoria-Geral de Justiça qualquer desobediência aos seus termos, para aplicação das sanções previstas na legislação.

7. DA ENTREGA DOS MATERIAIS GRÁFICOS

7.1. Todos os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público da Paraíba, localizado na Rua Treze de Maio, 677, Centro, João Pessoa/PB, no horário das 08 às 12 horas e 14 às 17 horas, de segunda à quinta-feira, e, nas sextas-feiras, das 08 às 11 horas;

7.2. A empresa deverá entregar os materiais gráficos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da arte com o material a ser confeccionado, salvo quando se tratarem de materiais reputados como urgentes, cujo prazo se reduz a 03 (três) dias úteis;

7.3. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, sem qualquer amassado, de forma que estejam protegidos de sujeiras.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Os Cds-ROM, presentes em alguns itens, serão fornecidos pelo Ministério Público da Paraíba, porém os rótulos que serão neles colados deverão ser impressos e colados pela Prestadora de Serviços, conforme arte repassada pelo MPPB;

8.2. A empresa deverá apresentar a Licença de Operação emitida pelo órgão competente, devidamente válida.

João Pessoa, ___ de _____ de 2012

OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

Lote 01

Código Item	UND	DESCRICAÇÃO	QTD	V. Médio	V. Total	
18	95	UND	Crachás confeccionado em papel triplex 300g/m2, impressão em 4 x 0 cores, medindo 150x105mm, com 02 (dois) furos redondos de 5mm na parte superior para transpassar o cordão.	5.000	0,59378	2.968,90
19	2462	UND	Encarte para colocar dentro da caixa de DVD, confeccionado no papel couché 120g, tamanho 19x28cm, impressão 4x0 cores	1.000	0,65170	651,70
20	2472	UND	Envelope confeccionado no modelo saco (abertura lateral), nas dimensões 160cm x 229cm, papel 75g, impressão 4x4 cores, frente na cor branca com gravação do brasão do MPPB, verso na cor cinza com gravação do brasão do MPPB.	50.000	0,54502	27.251,00
21	2473	UND	Envelope confeccionado no modelo saco (abertura lateral), nas dimensões 339cm x 240cm, papel 75g, impressão 4x4 cores, frente na cor branca com gravação do brasão do MPPB, verso na cor cinza com gravação do brasão do MPPB.	60.000	0,56172	33.703,20
22	2475	UND	Formulários confeccionados em papel off-set 75g/m2, formato: 210x297mm, Impresso em 4x0 cores	10.000	0,12417	1.241,70
23	514	UND	Formulários confeccionados em papel off-set 75g/m2, formato: 210x297mm, Impresso em 1x0 cor (preto)	20.000	0,10598	2.119,60
24	474	UND	Formulários confeccionados em papel branco off-set 75g, formato A4 aberto, impresso em 4x4 cores, com 3 (três) fitas adesivas (superior e nas duas laterais).	10.000	0,45000	4.500,00
25	2474	UND	Panfletos confeccionados em papel couché fosco 90g, impressão 4x0 cores, formato aberto, medindo 20x15cm.	30.000	0,06337	1.901,10
26	1629	UND	Envelope confeccionado no modelo saco (abertura lateral), nas dimensões 119cm x 235cm, papel 75g, impressão 4x4 cores, frente na cor branca com gravação do brasão do MPPB, verso na cor cinza com gravação do brasão do MPPB.	60.000	0,21867	13.120,20
27	656	UND	Cartaz confeccionado no papel couché brilho de 115g/m2, formato 300x400mm, impressão 4x0 cores.	3.000	0,46685	1.400,55
28	657	UND	Cartaz confeccionado no papel couché brilho 115g/m2, formato 400x600mm, impressão 4x0 cores.	3.000	0,60963	1.828,89
29	651	UND	Certificado confeccionado no papel couché fosco 230gr/m2, impressão em 4x0 cores, formato 210x297mm.	10.000	0,24143	2.414,30
30	659	UND	Envelope Carta confeccionado no papel off-set 90 gr/m ² , Corte/Vinco, formato aberto 275x240 mm e fechado 230x110 mm, impresso em 4x0 cores.	30.000	0,27145	8.143,50
31	658	UND	Envelope Saco confeccionado em papel off-set 90 gr/m ² , Corte/Vinco, formato aberto 300x740 mm e fechado 260x360 mm, impresso em 4x0 cores.	20.000	0,61965	12.393,00
32	2703	UND	Panfletos confeccionados em papel couché fosco 115g/m2, impressão 4x0 cores, medindo 20x15cm.	30.000	0,07113	2.133,90
33	2704	UND	Programação (Folder) de eventos confeccionada em papel couché fosco 115g/m2, impressão 4x4 cores, formato aberto 210x300mm e formato fechado 100x210mm	10.000	0,22365	2.236,50
34	2700	UND	Programação (Folder) confeccionada em papel couché fosco 150g/m ² , impressão em 4x4 cores, formato A4, aberto 297x210 mm, fechado 150x210 mm, dobra automática e refilado.	10.000	0,23718	2.371,80
35	1284	UND	Crachá confeccionado em papel triplex 250g/m2, impressão 4x0 cores, formato 100x110mm, com 02 (dois) furos redondos na parte superior para transpassar o cordão	3.000	0,62625	1.878,75
Valor Total do Lote 01					206.982,41	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

Lote 02

Código Item	UND	DESCRICAÇÃO	QTD	V. Médio	V. Total
1	2478	UND	3.000	3,74497	11.234,91
2	2479	UND	3.000	4,36910	13.107,30
3	2480	UND	3.000	4,74093	14.222,79
4	1207	UND	5.000	5,57973	27.898,65
5	1144	UND	1.000	27,06500	27.065,00
6	1143	UND	1.000	36,22500	36.225,00
7	1631	UND	3.000	10,78000	32.340,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

8	633	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características:</p> <p>Capa: Formato aberto: 488 x 210mm; Impresso a 4x4 cores; Capa Colada com cola resistente; Papel: Triplex 250 g/m². Verniz UV com reserva na frente, Laminação fosca total na frente, Vincado, Dobra Automática (Capa), Corte Especial (Capa); Miolo: 100 páginas impressas em off- set, Papel: 90gr/m², Impresso em 1x1 cores (PxP), formato aberto 300 x 210mm, formato fechado 150 x 210mm; Dobra Automática (Miolo), Alceamento Automático, colado, costura normal.</p> <p>Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores</p> <p>Incluídos no preço: Prova digital, Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM;</p> <p>Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 165 x 145 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, aplicação de fita transferível (2 pontos- 13 cm) (19);</p> <p>Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada;</p> <p>Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capa da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	13,72323	41.169,69
9	634	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características:</p> <p>Capa: Formato aberto: 488 x 210mm; Impresso a 4x4 cores; Capa Colada com cola resistente; Papel: Triplex 250 g/m². Verniz UV com reserva na frente, Laminação fosca total na frente, Vincado, Dobra Automática (Capa), Corte Especial (Capa); Miolo: 120 páginas impressas em off- set, Papel: 90gr/m², Impresso em 1x1 cores (PxP), formato aberto 300 x 210mm, formato fechado 150 x 210mm; Dobra Automática (Miolo), Alceamento Automático, colado, costura normal.</p> <p>Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores</p> <p>Incluídos no preço: Prova digital, Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM;</p> <p>Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 165 x 145 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, aplicação de fita transferível (2 pontos- 13 cm) (19);</p> <p>Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada;</p> <p>Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capa da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	16,79074	50.372,22



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

10	635	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características: Capa: Formato aberto: 488 x 210mm; Impresso a 4x4 cores; Capa Colada com cola resistente; Papel: Triplex 250 g/m². Verniz UV com reserva na frente, Laminação fosca total na frente, Vincado, Dobra Automática (Capa), Corte Especial (Capa); Miolo: 144 páginas impressas em off- set, Papel: 90gr/m², Impresso em 1x1 cores (PxP), formato aberto 300 x 210mm, formato fechado 150 x 210mm; Dobra Automática (Miolo), Alceamento Automático, colado, costura normal; Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores Incluídos no preço: Prova digital, Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM; Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 165 x 145 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, aplicação de fita transferível (2 pontos- 13 cm) (19); Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada; Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capa da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	14,90178	44.705,34
11	636	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características: Capa: Formato aberto: 488 x 210mm; Impresso a 4x4 cores; Capa Colada com cola resistente; Papel: Triplex 250 g/m². Verniz UV com reserva na frente, Laminação fosca total na frente, Vincado, Dobra Automática (Capa), Corte Especial (Capa); Miolo: 160 páginas impressas em off- set, Papel: 90gr/m², Impresso em 1x1 cores (PxP), formato aberto 300 x 210mm, formato fechado 150 x 210mm; Dobra Automática (Miolo), Alceamento Automático, colado, costura normal.; Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores Incluídos no preço: Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM; Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 165 x 145 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, aplicação de fita transferível (2 pontos- 13 cm) (19); Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada; Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capa da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	15,52275	46.568,25



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

12	637	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características: Capa: Formato aberto: 488 x 210mm; Impresso a 4x4 cores; Capa Colada com cola resistente; Papel: Triplex 250 g/m². Verniz UV com reserva na frente, Laminação fosca total na frente, Vincado, Dobra Automática (Capa), Corte Especial (Capa); Miolo: 176 páginas impressas em off- set, Papel: 90gr/m², Impresso em 1x1 cores (PxP), formato aberto 300 x 210mm, formato fechado 150 x 210mm; Dobra Automática (Miolo), Alceamento Automático, colado, costura normal.</p> <p>Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores</p> <p>Incluídos no preço: Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM; Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 165 x 145 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, aplicação de fita transferível (2 pontos- 13 cm) (19); Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada; Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capa da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	15,97705	47.931,15
13	638	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características: Capa: Formato aberto: 488 x 210mm; Impresso a 4x4 cores; Capa Colada com cola resistente; Papel: Triplex 250 g/m². Verniz UV com reserva na frente, Laminação fosca total na frente, Vincado, Dobra Automática (Capa), Corte Especial (Capa); Miolo: 200 páginas impressas em off- set, Papel: 90gr/m², Impresso em 1x1 cores (PxP), formato aberto 300 x 210mm, formato fechado 150 x 210mm; Dobra Automática (Miolo), Alceamento Automático, colado, costura normal.</p> <p>Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores</p> <p>Incluídos no preço:, prova digital, Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM; Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 165 x 145 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, aplicação de fita transferível (2 pontos- 13 cm) (19); Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada; Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capa da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	17,23438	51.703,14



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

14	639	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características: Capa: Formato aberto: 488 x 210mm; Impresso a 4x4 cores; Capa Colada com cola resistente; Papel: Triplex 250 g/m². Verniz UV com reserva na frente, Laminação fosca total na frente, Vincado, Dobra Automática (Capa), Corte Especial (Capa); Miolo: 600 páginas impressas em off- set, Papel: 90gr/m², Impresso em 1x1 cores (PxP), formato aberto 300 x 210mm, formato fechado 150 x 210mm; Dobra Automática (Miolo), Alceamento Automático, colado, costura normal.</p> <p>Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM;</p> <p>Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores</p> <p>Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 165 x 145 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, aplicação de fita transferível (2 pontos- 13 cm) (19);</p> <p>Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada; Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capla da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	31,16425	93.492,75
15	642	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características: Formato: aberto 340x245mm, fechado 170x245mm miolo costura normal cola hotmelt. Capa: (360x245) impresso a 4x4 cores, papel duplex de 250g/m², laminação brilho frente. Miolo: 288 páginas impresso 1x1 cores (PXP)</p> <p>papel offset de 75gr/m². miolo costura normal cola: (360x245), Luva: 380x345mm, Triplex 350 g, Corte/Vinco, 4x0 cores</p> <p>Incluídos no preço: prova digital, Bolso para Colocação de 01 CD-ROM e impressão do rótulo do CD-ROM. Bolso para Colocação de 01 CD-ROM - tamanho: 170 x 150 mm; Impresso em 4x4 cores; Papel Couché fosco 230 gr/m². Corte/Vinco, bolsa colada, aplicação de fita transferível (3 pontos- 13 cm) (19); Gravação do conteúdo da Revista, idêntico como está impresso, em CD-ROM entregue pelo MPPB à Contratada; Impressão do Rótulo na frente do CD-ROM, conforme arte repassada pelo MPPB, devendo posteriormente ser acondicionado nos bolsos constantes da contra-capla da Revista, acompanhando a referida publicação.</p>	3.000	29,99233	89.976,99
16	649	UND	<p>Impressão de Exemplar + Luva com as seguintes características: Formato: aberto 360x233mm, fechado 165x233mm capa dura costura normal cola PUR. Capa: (440x273) impresso a 4x0 cores, papel couche 150gr/m², plastificação – AUTO na frente. Reforço: (380x239) sem papelão Im 1320 gr/m², corte/vinco. Guarda: impresso a 1x1 cores (PXP), papel offset 180gr/m², laminação fosca na frente, vincado. Miolo: 632 páginas impresso a 1x1 cores (PXP), papel offset 75gr/m².</p>	3.000	29,40947	88.228,41



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

17	645	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Capa: formato aberto 36x25mm, impressão 4x0 cores papel couché fosco de 230g/m2 com aplicação de verniz UV localizado. Miolo: 96 páginas formato 180x250mm, impressão 4x4 cores, sendo 18 páginas com aplicação de verniz UV localizado aproximadamente 80% da área impressa, papel couché fosco 115g/m2. Acabamento: Dobra Automática, intercalar e grampo canoa. prova digital.	2.000	14,78487	29.569,74
18	630	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: Aberto 360x250mm - Fechado 180x250mm; Capa: Impresso a 4x4 cores; Papel: couché fosco 230 g/m2; Verniz UV com reserva na frente; Laminação fosca na frente; Miolo: 100 páginas impressas a 4x4 em cores; Papel: couché fosco 150 g/m2; Verniz UV com reserva na frente e no verso, Vincado, Colado; Prova digital.	3.000	21,75532	65.265,96
19	631	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: Aberto 360x250mm - Fechado 180x250mm; Capa: Impresso a 4x4 cores; Papel: couché fosco 230 g/m2; Verniz UV com reserva na frente; Laminação fosca na frente; Miolo: 108 páginas impressas a 4x4 em cores; Papel: couché fosco 150 g/m2; Verniz UV com reserva na frente e no verso, Vincado, Colado; Prova digital.	3.000	21,10232	63.306,96
20	632	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: Aberto 360x250mm - Fechado 180x250mm; Capa: Impresso a 4x4 cores; Papel: couché fosco 230 g/m2; Verniz UV com reserva na frente; Laminação fosca na frente; Miolo: 120 páginas impressas a 4x4 em cores; Papel: couché fosco 150 g/m2; Verniz UV com reserva na frente e no verso, Vincado, Colado; Prova digital.	3.000	22,47108	67.413,24
21	628	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: Aberto 360x250mm - Fechado 180x250mm; Capa: Impresso a 4x4 cores; Papel: couché fosco 230 g/m2; Verniz UV com reserva na frente; Laminação fosca na frente; Miolo: 76 páginas impressas a 4x4 em cores; Papel: couché fosco 150 g/m2; Verniz UV com reserva na frente e no verso, Vincado, Colado; Incluídos no preço: Prova digital.	3.000	17,22875	51.686,25
22	629	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: Aberto 360x250mm - Fechado 180x250mm; Capa: Impresso a 4x4 cores; Papel: couché fosco 230 g/m2; Verniz UV com reserva na frente; Laminação fosca na frente; Miolo: 88 páginas impressas a 4x4 em cores; Papel: couché fosco 150 g/m2; Verniz UV com reserva na frente e no verso, Vincado, Colado; Incluídos no preço: Prova digital.	3.000	16,31972	48.959,16
23	627	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: Aberto 360x250mm -Fechado 180x250mm; Capa: Impresso a 4x4 cores; Papel: couché fosco 230 g/m2; Verniz UV com reserva na frente; Laminação fosca na frente; Miolo: 64 páginas impressas a 4x4 em cores; Papel: couché fosco 150 g/m2; Verniz UV com reserva na frente e no verso, Vincado, Colado; Incluídos no preço: Prova digital.	3.000	12,71865	38.155,95
24	647	UND	Impressão de exemplar com as seguintes características: Formato aberto 300x210mm, fechado 150x210mm, grampeado. Capa: impresso a 4x0 cores, papel duplex 250g/m2, plastificação - Auto na frente. Miolo: 28 páginas impressas a 1x1 cores (PXP). Papel off set 75gr/m2. Acabamento: dobra automática, intercalar e grampo canao. Incluídos no preço a prova digital.	3.000	1,64643	4.939,29



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

25	646	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: aberto 300x210mm, fechado 150x210mm, grampeado Capa: impresso a 4x0 cores papel duplex de 250gr/m2, plastificação – Auto na frente. Miolo: 40 páginas impresso a 1x1 cores (PXP) papel offset de 75gr/m2. Acabamento: Dobra Automática, intercalar e grampo canoa. Incluídos no preço: prova digital.	3.000	1,88870	5.666,10
26	641	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: aberto 300x215mm, fechado 150x215mm miolo cola hotmelt. Capa: (304x215) impresso a 4x4 cores, papel couché brilho de 230gr/m2; Miolo: 56 páginas impresso a 4x4 cores, papel offset 75gr/m2; prova digital.	3.000	3,70240	11.107,20
27	643	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: aberto 300x215mm, fechado 150x215mm miolo costura normal cola hotmelt. Capa: (304x215) impresso a 4x0 cores Duo Design 250gr/m2 laminação fosca frente. Miolo: 32 páginas impresso a 4x4 cores, papel couché fosco 115gr/m2. Miolo: 24 páginas impresso a 4x4 cores, papel couché fosco 115gr/m2. Flap: (280x215) impresso a 4x4 cores, papel couche fosco 115gr/m2, vincado, aplicação de fita transferível (01 ponto – 22cm) (19) Acabamento: Dobra Automática, prova digital.	3.000	3,45625	10.368,75
28	644	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: aberto 420x220mm, fechado 210x220mm, grampeado: grampo cavalo 2. Capa: impresso a 4x0 cores, papel couche fosco 150gr/m2. Miolo: 24 páginas impresso a 4x4 cores, papel couché fosco de 150gr/m2. Prova digital.	3.000	2,36495	7.094,85
29	648	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: aberto 420x295mm, fechado 210x295 miolo costura normal cola hotmelt. Capa: impresso 4x0 cores papel duplex de 250g/m2 Miolo: 192 páginas impressão 4x4 cores papel couche brilho de 115gr/m2. Miolo: 04 páginas impressão 4x0 cores papel couche brilho 115gr/m2, prova digital.	3.000	21,50422	64.512,66
30	2476	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: aberto 420x295mm, fechado 210x295 miolo costura normal cola hotmelt. Capa: impresso 4x0 cores papel duplex de 250g/m2 Miolo: 236 páginas impressão 4x4 cores papel couche brilho de 115gr/m2. Miolo: 04 páginas impressão 4x0 cores papel couche brilho 115gr/m2, prova digital.	3.000	26,38310	79.149,30
31	2477	UND	Impressão de Exemplar com as seguintes características: Formato: aberto 420x295mm, fechado 210x295 miolo costura normal cola hotmelt. Capa: impresso 4x0 cores papel duplex de 250g/m2 Miolo: 356 páginas impressão 4x4 cores papel couche brilho de 115gr/m2. Miolo: 04 páginas impressão 4x0 cores papel couche brilho 115gr/m2, prova digital.	3.000	41,52800	124.584,00
Valor Total do Lote 02						1.388.022,15



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

Lote 03

CÓDIGO	IT	UND	DESCRICAO	QTD	V. Médio	V. Total
1	778	CAIXA	Formulários de AP (Autorização de Pagamento) confeccionados em formulário contínuo, em papel autocopiativo, com 4 (quatro) vias, modelo padrão do Estado da Paraíba, formato 240x93mm, impressão 1x0 cor.	20	356,66667	7.133,33
2	777	CAIXA	Formulários de NE (Nota de Empenho) confeccionados em formulário contínuo, em papel autocopiativo, com 3 (três) vias, modelo Padrão do Estado da Paraíba, formato 240x280mm, impressão 1x0 cor.	20	295,00000	5.900,00
Valor Total do Lote 03						13.033,33

Lote 04

Código Item	UND	DESCRICAO	QTD	V. Médio	V. Total	
1	2499	UND	Abanador confeccionado no papel couché 250g, tamanho 20x25, impressão 4x0 cores	3.000	0,58220	1.746,60
2	2481	UND	Confecção de capa de processo personalizada, confeccionada em papel off set 240gr, formato aberto 323 x 474mm, formato fechado 237 x 323mm, impressão 4 x 0 cores, com uma dobra.	120.000	0,51782	62.138,40
3	2483	UND	Confecção de Pasta personalizada confeccionada no papel couché 250g, tamanho 31,5x46x30cm, impressão 4 x 0 cores, acabamento incluso com UV total frente e orelha padrão	5.000	0,90840	4.542,00
4	2482	UND	Confecção de pasta personalizada confeccionada no papel duo design 350g, formato aberto 480 x 380 mm e fechado de 240 x 380 mm, impressa em 4 x 1 cores, Plastificação frente, corte/vinco, furada com ilhoses e elástico na cor definida pelo MPPB	20.000	2,31110	46.222,00
5	1052	UND	Pastas Institucionais confeccionadas tipo convenção, em papel Triplex 300g, com laminação fosca na frente, na cor branca, com bolso, tamanho aberto 46cm x 31,5 cm e fechado 23cm x 31,5 cm, impressão na capa em 4 x 0 cores.	10.000	1,29908	12.990,80
6	1743	UND	Pastas Personalizadas confeccionadas no papel couché brilho 250g, bolso interno, tamanho aberto 46cm x 31,5 cm e fechado 23cm x 31,5 cm, impressão na capa em 4 x 0 cores.	5.000	0,89266	4.463,30
7	2486	UND	Revista com 12 (doze) páginas, sendo 08 (oito) de miolo e 04 (quatro) de capa, formato 210x280mm, impressão 1x1 cor P&B papel offset de 75 d/m2. Acabamento: dobra automática, intercalar e colar capa com cola resistente.	5.000	0,72448	3.622,40
8	2487	UND	Revista com 20 (vinte) páginas, sendo 16 (dezesesseis) de miolo e 04 (quatro) de capa, formato 210x280mm, impressão 1x1 cor P&B papel offset de 75 d/m2. Acabamento: dobra automática, intercalar e colar capa com cola resistente.	5.000	1,14168	5.708,40
9	2488	UND	Revista com 32 (trinta e duas) páginas, sendo 28 (vinte e oito) de miolo e 04 (quatro) de capa, formato 210x280mm, impressão 1x1 cor P&B papel offset de 75 d/m2. Acabamento: dobra automática, intercalar e colar capa com cola resistente.	5.000	1,74250	8.712,50
10	2490	UND	Revista com 40 (quarenta) páginas, sendo 36 (trinta e seis) de miolo e 04 (quatro) de capa, formato 210x280mm, impressão 1x1 cor P&B papel offset de 75 d/m2. Capa com bolso interno para CD formato aberto 210x420mm, impressão 4x0 cores, papel couché fosco 250g/m2, plastificação briho frente. Acabamento: dobra automática, intercalar e colar capa com cola resistente, incluindo a etiqueta/rótulo para CD no formato esférico 10mm de diâmetro, impressão 4x0 cores papel adesivo brilho de 190 g/m2, faca de corte especial.	5.000	3,10007	15.500,35



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

11	2489	UND	Revista com 40 (quarenta) páginas, sendo 36 (trinta e seis) de miolo e 04 (quatro) de capa, formato 210x280mm, impressão 1x1 cor P&B papel offset de 75 d/m2. Acabamento: dobra automática, intercalar e colar capa com cola resistente.	5.000	2,26667	11.333,35
12	2491	UND	Revista com 52 (cinquenta e duas) páginas, sendo 48 (quarenta e oito) de miolo e 04 (quatro) de capa, formato 210x280mm, impressão 1x1 cor P&B papel offset de 75 d/m2. Acabamento: dobra automática, intercalar e colar capa com cola resistente.	5.000	3,73947	18.697,35
13	2492	UND	Revista com 80 (oitenta) páginas, sendo 76 (setenta e seis) de miolo e 04 (quatro) de capa, formato 210x280mm, impressão 1x1 cor P&B papel offset de 75 d/m2. Capa com bolso interno para CD formato aberto 210x420mm, impressão 4x0 cores, papel couché fosco 250g/m2, plastificação briho frente. Acabamento: dobra automática, intercalar e colar capa com cola resistente, incluindo a etiqueta/rótulo para CD no formato esférico 10mm de diâmetro, impressão 4x0 cores papel adesivo brilho de 190 g/m2, faca de corte especial.	5.000	5,21183	26.059,15
14	1630	UND	Papel timbrado confeccionado no papel branco 75g, tamanho A4, impressão 4x0 cores.	100.000	0,07760	7.760,00
15	1210	UND	Plaquete com 08 páginas formato fechado A4, impressão 4x4 cores, miolo e capa papel couché 170 g/m2. Acabamento: dobra paralela alcear e grampo canoa.	5.000	1,05585	5.279,25
16	1183	UND	Plaquetes com 04 páginas formato fechado A4, impressão 4x4 cores, miolo e capa papel couché 170 g/m2. Acabamento: dobra paralela alcear e grampo canoa.	5.000	0,57197	2.859,85
17	1142	UND	Plaquetes com 16 páginas formato aberto 330x215mm, formato fechado 165x215mm, impressão 4x4 cores total, miolo papel couché 115 g/m2 e capa couché 230 g/m2. Acabamento: dobra paralela alcear e grampo canoa.	10.000	1,16492	11.649,20
18	2498	UND	Calendários confeccionados com base acoplada em triplex 350gr, impressão em 4x0 cores, plastificação, no formato fechado 280x150mm, formato aberto 280x400mm, contendo 13 (treze) folhas diferentes em papel couché fosco 170gr, impressas em 4x4 cores, Verniz Uv total Frente e Verso. Garra duplo anel na cor preta.	3.000	6,85662	20.569,86
19	2699	UND	Cartilha confeccionada no papel couché fosco 115g/m², no formato meio ofício, aberto 300x210 mm, fechado 150x210 mm, impressão em 4x4 cores, contendo Miolo: 36 (trinta e seis) páginas, dobra automática, refileados e grampeados à cavalo (dois grampos).	20.000	1,19297	23.859,40
20	661	UND	Cartilha confeccionada com capa no papel cartão triplex 250 g/m2 brilho, laminação brilho, impressão 4x0 cores, Miolo: 20 páginas no papel off set de 90 g/m2 - impressão 1x0 cor, tipo revista grampeada, tamanho: Fechado 150x210mm e Aberto 210x300mm, acabamento: dobrar, alcear e grampear capa.	10.000	1,01967	10.196,70



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

21	660	UND	Cartilha confeccionada com Capa no papel couché 230 g brilho, impressão em 4x0 cores, Miolo: 56 páginas no papel couché 115 g, impressão em 1x0 cor, tipo revista grampeada, tamanho: Fechado A-4 e Aberto A-3.	10.000	3,06433	30.643,30
22	564	UND	Informativo confeccionado em 02 (duas) lâminas em papel couché 115g/m2, formato: aberto - 32x46cm e fechado 32x23 mm, com 16 (dezesseis) páginas, impressão em 4x4 cores, obedecendo sequenciamento padrão de impressão.	20.000	1,00167	20.033,40
23	2494	UND	Impressão do Jornal do Ministério Público Social confeccionado em papel off set 75g/m2, com 08 páginas no formato tablóide 290 x 410 mm fechado 580 x 410 mm aberto, impressão em 4x1 cor. Acabamento: intercalar, dobrar e refil final.	100.000	1,07043	107.043,00
24	2495	UND	Impressão do Jornal do Ministério Público Social confeccionado em papel off set 75g/m2, com 08 páginas no formato tablóide 290 x 410 mm fechado 580 x 410 mm aberto, impressão em 4x4 cor. Acabamento: intercalar, dobrar e refil final.	100.000	0,89320	89.320,00
25	2496	UND	Impressão do Jornal do Ministério Público Social confeccionado em papel off set 75g/m2, com 12 páginas no formato tablóide 290 x 410 mm fechado 580 x 410 mm aberto, impressão em 4x4 cor. Acabamento: intercalar, dobrar e refil final.	100.000	0,94633	94.633,00
26	2497	UND	Impressão do Jornal do Ministério Público Social confeccionado em papel off set 75g/m2, com 20 páginas no formato tablóide 290 x 410 mm fechado 580 x 410 mm aberto, impressão em 4x4 cor. Acabamento: intercalar, dobrar e refil final.	100.000	1,53510	153.510,00
27	2485	UND	Informativo confeccionado em papel couché 115 gr, com 08 (oito) páginas, mais capa e contracapa, no formato fechado 210x280mm e aberto 420X280mm, impressão em 4X4 cores.	5.000	0,82128	4.106,40
28	2484	UND	Informativo confeccionado em papel couché 115 gr, com 16 (dezesseis) páginas, mais capa e contracapa, no formato fechado 210x280mm e aberto 420X280mm, impressão em 4X4 cores.	10.000	1,07113	10.711,30
Valor Total do Lote 04						813.911,26



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

Lote 05

	Código Item	UND	DESCRICAÇÃO	QTD	V. Médio	V. Total
1	2500	UND	Adesivo de recorte confeccionado em impressão digital, em 4x0 cores (BRASÃO DO MPPB), com recorte e verniz, medindo 22 x 30 cm e 46 (quarenta e seis) letras douradas de recorte em adesivo, na cor dourada, medindo um total de 22 x 0,05 cm.	200	4,85000	970,00
2	2503	UND	Adesivo em vinil adesivo transparente, tamanho da arte com sangra: 13,4x9,4cm, Tamanho Final: 13x9cm, Cor: 4x0 (Frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso: meio corte / corte especial	1.000	0,82750	827,50
3	2505	UND	Adesivo em vinil adesivo transparente, tamanho da arte com sangra: 39,4x26,4cm, Tamanho Final: 39x26cm, Cor: 4x0 (Frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso: meio corte / corte especial	1.000	6,18500	6.185,00
4	2501	UND	Adesivo em vinil adesivo transparente, tamanho da arte com sangra: 5,4x4,4cm, Tamanho Final: 5x4cm, Cor: 4x0 (Frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso: meio corte / corte especial	1.000	0,22000	220,00
5	2504	UND	Adesivo em vinil adesivo, tamanho da arte com sangra: 13,4x9,4cm, Tamanho Final: 13x9cm, Cor: 4x0 (Frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso: meio corte / corte especial	1.000	0,78950	789,50
6	2506	UND	Adesivo em vinil adesivo, tamanho da arte com sangra: 39,4x26,4cm, Tamanho Final: 39x26cm, Cor: 4x0 (Frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso: meio corte / corte especial	1.000	5,93000	5.930,00
7	2502	UND	Adesivo em vinil adesivo, tamanho da arte com sangra: 5,4x4,4cm, Tamanho Final: 5x4cm, Cor: 4x0 (Frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso: meio corte / corte especial	1.000	0,18400	184,00
8	2507	UND	Papel adesivo, tamanho da arte com sangra 39,4x26,4cm, tamanho final 39x26cm, cor 4x0 (frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso - meio corte / corte padrão	1.000	2,13627	2.136,27
9	2508	UND	Papel adesivo, tamanho final 5x5cm, cor 4x0 (frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso - meio corte / corte padrão	2.000	0,36750	735,00
Valor Total do Lote 05						17.977,27



Lote 06

Código Item	UND	DESCRICAÇÃO	QTD	V. Médio	V. Total
1 2701	UND	Confecção de rótulos para CD-ROM, formato 150 x 150 mm, 4/0cores, em material autolante brilho 180, refile inicial, meio corte, corte especial, fechamento de arquivo, refile final. Inclusive com os serviços de colagem em CD entregue pelo MPPB	20.000	6,22683	124.536,60
2 2564	UND	Rotulo para colar em CD, formato 150 x 150 mm, 4/0cores, em autolante brilho 180, refile inicial, meio corte, corte especial, fechamento de arquivo, refile final.	20.000	0,22000	4.400,00
Valor Total do Lote 06					128.936,60

Lote 07

Código Item	UND	DESCRICAÇÃO	QTD	V. Médio	V. Total
1 2514	UND	Confecção de Cartão em PVC branco 0,28mm, com cor 4x0 (frente colorida e verso sem impressão), tamanho da arte com sangra 9,1x6,0cm, tamanho final 8,5x5,4cm, acabamento incluso - cantos arredondados.	4.000	4,50000	18.000,00
2 2515	UND	Confecção de Cartão em PVC branco 0,28mm, com cor 4x4 (frente colorida e verso com impressão), tamanho da arte com sangra 9,1x6,0cm, tamanho final 8,5x5,4cm, acabamento incluso - cantos arredondados.	4.000	6,25000	25.000,00
3 2513	UND	Confecção de Papel PVC adesivo, tamanho da arte com sangra 11,1x30,5cm, tamanho final 10,5x29,9cm, cor 4x0 (frente colorida e verso sem impressão), acabamento incluso - corte reto	500	1,90000	950,00
4 2702	UND	Cordão personalizado para crachá (0,60 cm de comprimento), largura de 02 cm, em diversas cores (preto, branco, etc), a ser definida pelo Contratante, no ato do pedido, com Prendedor de metal, tipo argola com Jacaré. Material: Poliéster fechado HD, super macio. Impressão em 04 cores, Frente e verso em cores diferentes ou na mesma cor. Não desbotável.	4.000	5,75000	23.000,00
Valor Total do Lote 07					66.950,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2012

Lote 08						
	Código Item	UND	DESCRICAÇÃO	QTD	V. Médio	V. Total
1	2512	UND	Sacola confeccionada em papel triplex 300g, tamanho grande universal (39x27,5x9,5 vertical), cor 4x0 cores (externa colorida e interno branco, com cordão de nylon branco ou preto, medindo 20cm de cada lado e ilhós branco ou preto conforme o cordão.	1.000	6,02410	6.024,10
2	2511	UND	Sacola confeccionada em papel triplex 300g, tamanho média universal (21x31,5x10,5 vertical), cor 4x0 cores (externa colorida e interno branco, com cordão de nylon branco ou preto, medindo 20cm de cada lado e ilhós branco ou preto conforme o cordão.	1.000	4,17557	4.175,57
Valor Total do Lote 08						10.199,67



ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ___/2012 PGJ/MPPB

PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2012 - PGJ/MPPB

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - PGJ**, inscrito no CNPJ/MF N.º 09.284.001/0001-80, com sede na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, nesta Capital, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça **Dr. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portador do CPF N.º _____, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, localizada na Rua/Avenida _____, N.º _____, Bairro: _____, município de _____, CEP.: _____, representada pelo seu sócio/procurador, o(a) Sr.(a) _____, CPF.: _____, RG.: _____ - _____, residente e domiciliado na Rua/Avenida _____, N.º _____, Bairro: _____, município de _____, Estado _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo PGJ N.º 2012/xxx, em consequência da licitação na Modalidade Pregão Presencial N.º 035/2012, no sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei N.º 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada no Estado pelo Decreto Estadual N.º 24.649/2003, aplicando-se no que couber o Decreto N.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos N.º 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e N.º 3.784, de 06 de abril de 2001, e pela Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS**, objetivando a contratação, eventual e futura, de **SERVIÇOS GRÁFICOS**, com garantia, edição e prova digital, diante da grande demanda do Ministério Público do Estado da Paraíba de serviços dessa natureza, cujos quantitativos máximos, especificações, preços e fornecedores foram previamente defendidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.



CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP o Ministério Público do Estado da Paraíba / Procuradoria Geral de Justiça, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, tendo como Órgão Gerenciador da presente ARP o Núcleo de Registro de Preços desta Instituição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não no certame, observadas as exigências contidas na legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ASSINATURA DA ATA - CONDICIONADA

Para assinatura da ARP a licitante deverá possuir regularidade ambiental, podendo ser submetida a inspeção pelo órgão ambiental competente e técnicos do Ministério Público para verificação de cumprimento de legislação aplicável, bem como a regularidade fiscal.

Havendo fiscalização, o órgão ambiental emitirá laudo de inspeção, ficando condicionada a assinatura da ata pela vencedora a sua regularidade ambiental e fiscal.

Caso o proponente vencedor não apresente regularidade ambiental e/ou não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta e condição de regularidade, ou revogar o Item respectivo, ou licitá-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Núcleo de Registro de Preços, obriga-se a:

- a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Convocar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP;
- c) Remeter ao setor competente do Ministério Público da Paraíba, a notificação para empenho referente aos serviços prestados, conforme informações do Departamento de Material e Patrimônio;
- d) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas Certidões ou documentos vencidos;



- e) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- f) Consultar os fornecedores registrados - observada a ordem de classificação - quanto ao interesse em fornecimento do(s) objeto(s) a outro(s) órgão(ões) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;
- g) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP;
- h) Elaborar os contratos decorrentes da presente ARP, quando se fizer necessário, conforme autorização do Procurador-Geral de Justiça, diante das solicitações dos setores desta Instituição, convocando o(s) Fornecedor(es) para sua assinatura e reconhecimento de firma.
- i) Proceder análise das provas e comunicar a resposta ao fornecedor, no prazo máximo de até 02 (dois) dias.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

- a) Assinar a presente ARP, bem como os contratos dela decorrentes, quando for o caso, além da retirada da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da convocação/notificação, no que couber;
- b) Informar, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto a aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP, desde que não comprometa a capacidade de fornecimento assumida na Ata de Registro de Preços;
- c) Entregar o(s) bem(ns) solicitado(s) no prazo de até 05(cinco) dias após autorização para execução dos serviços na cidade de João Pessoa;
- d) Fornecer o(s) bem(ns) conforme especificações, marcas, e preços registrados na presente ARP;
- e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constantes pelo Órgão Gerenciador referentes às condições firmadas na presente ARP;



- f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrarem vencidas;
- g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão Gerenciador ou a outro Órgão não participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- h) Entregar todos os itens integrantes dos dois Lotes do Pregão Presencial N.º xxx, sem ônus para esta Procuradoria, no Departamento de Material e Patrimônio, localizado na Rua Treze de Maio, 663, Cidade João Pessoa/PB.
- i) Substituir, na hipótese de constatação de anomalias, os materiais que forem rejeitados, em parte ou no todo, sem nenhum ônus para o MPPB, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, a partir da comunicação do MPPB.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DAS PROVAS E DOS MATERIAIS DEFINITIVOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo máximo para execução total dos serviços de cada item será de xx (termo de referência) dias, devendo ser procedida a entrega total da tiragem, cujo prazo será contado da aprovação da prova do material apresentado, no local indicado no parágrafo terceiro deste artigo, sem quaisquer ônus para o MPPB.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os produtos, objeto do Pregão Presencial N.º xxx, somente serão recebidos depois de atestados pelo Departamento de Material e Patrimônio e pelo setor requisitante desta Procuradoria-Geral de Justiça, através de vistoria e termo de recebimento, observadas as especificações contidas no termo de referência e proposta vencedora, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em 02 (duas) vias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A entrega dos produtos deverá ser realizada pela empresa contratada, sem ônus para esta Procuradoria, no Departamento de Material e Patrimônio, localizado na Rua Treze de Maio, N.º 663, município de João Pessoa/PB.

PARÁGRAFO QUARTO - O objeto licitado será submetido a uma inspeção e vistoria durante a entrega, sendo rejeitados os que não atenderem as especificações e normas técnicas, ficando a licitante vencedora na obrigação e dever de apresentar documentos que comprovem a origem, quando solicitada pelos técnicos do Ministério Público.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de bens rejeitados ou defeituosos, a licitante vencedora deverá providenciar a imediata correção, dentro do prazo máximo de 01 (um) dia útil, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no instrumento contratual, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação.



PARÁGRAFO SEXTO - A prova citada no item anterior deverá ser apresentada à Contratante no prazo de até xx (termo de referência) dias, contados da data da entrega pelo MPPB do conteúdo a ser diagramado, editado e impresso.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso da prova ter sido rejeitada, a Contratada deverá providenciar o conserto/alteração necessária, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, para que o produto seja entregue em conformidade com o Termo de Referência e arte fornecida pelo MPPB.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso haja atraso na entrega das provas e/ou de eventuais ajustes, o prazo de entrega do material será reduzido na mesma proporção.

PARÁGRAFO NONO - A Contratada deverá manter contato com a unidade solicitante do MPPB, quanto à entrega da prova do produto, para devida análise.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O Termo de Recebimento Definitivo só será lavrado, após a aprovação da totalidade dos itens entregues.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

Compete ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Consultar previamente o Órgão Gerenciador no intuito de obter informações necessárias à aquisição pretendida, e, em especial, o teor da presente ARP e eventuais alterações;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital do certame e na presente ARP, informando ao Órgão Gerenciador qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular, a fim de que sejam adotadas pela PGJ/MPPB as penalidades cabíveis à espécie.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

A presente ARP terá vigência de um (01) ano, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) objetos/bens registrados nesta Ata encontram-se indicados no seguinte quadro:

(espaço a ser preenchido após o resultado do certame)

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO - RETENÇÃO



O pagamento será feito até o 5.º (quinto) dia do mês seguinte, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente à aquisição do objeto, pelo preço da registrado, após a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, anexando o comprovante exigido no parágrafo único desta cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO - Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5%(um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termo do Decreto Estadual n.32.086/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS DE GARANTIA

O prazo de garantia será de 12(doze) meses para os serviços, ficando de inteira responsabilidade da contratada a restauração e/ou substituição do produto final gráfico, observando-se as especificações e normas estabelecidas no Termo de Referência, sem ônus para a contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de garantia se inicia com a entrega definitiva dos serviços, com a apresentação do Atestado de Recebimento Definitivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de divergência entre a vigência estabelecida neste instrumento com o início e termino da garantia em virtude do Atestado de Recebimento Definitivo, considerando qualquer possibilidade de não cumprimento pela contratada, deverá ser aditado para restabelecer o prazo de garantia, sem prejuízo de penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

A existência da Ata de Registro de Preço não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as futuras aquisições com vencedor do certame do SRP, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação/aquisição, assegurando ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

Os preços, quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do



Estado da Paraíba e no site do Ministério Público da Paraíba, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REVISÃO DE PREÇOS

A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 12 do Decreto Federal N.º 3931/01 c/c com o artigo 65 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar ou recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) não manutenção das condições de habilitação, ambiental e fiscal
- e) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- f) em razões de interesse público, devidamente justificado.
- g) por falha na prestação dos serviços e/ou falha na qualidade do fornecimento do material gráfico.

II – Por iniciativa do próprio Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste registro de preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo Órgão Gerenciador, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução da relação contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO - No cancelamento de registro, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo ser formalizado competente processo administrativo com despacho fundamentado do Procurador-Geral de Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO



Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o fornecedor registrado sujeito às sanções previstas no artigo 7º da Lei N.º 10.520/02, além do cancelamento do registro, nos termos do artigo 13 do Decreto N.º 3.931/01 e penalidades contratuais, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que seu ato ensejar:

1. negativa de prestação de serviço registrado e/ou falha na prestação dos serviços e/ou falha na qualidade gráfica;
2. negativa de retirada do instrumento contratual, quando for o caso, ou recebimento de instrumento que substitua o contrato;
- 3 - caso haja inexecução da ARP que motive e resulte em rescisão unilateral da avença, além das sanções administrativas, poderá ser aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do maior lote registrado;
- 4 – atraso superior a 10 (dez) dias na entrega dos serviços contratados, independentemente das penalidades prevista no contrato.
- 5 - o recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto nos créditos do fornecedor, ou em cobrança judicial, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.
- 6 - Ficará impedida de licitar e de contratar com o Ministério Público do Estado da Paraíba, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, que ensejar retardamento da execução do objeto contratado e/ou prestar o serviço defeituoso com falhas de impressão, independentemente do cumprimento da obrigação de correção, sem prejuízo da multa estabelecida.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de desnecessidade de instrumento contratual, fase ao valor do pedido, serão aplicadas as normas e penalidades prevista na minuta contratual que integra a presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujo teores são conhecidos e acatados pela partes:

- h) Processo N.º XXX;
- i) Edital do Pregão Presencial N.º XXX - PJG/MPPB e anexos;
- j) Proposta Comercial da Fornecedora



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Para dirimir as questões da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser tratado eu, _____, _____, Diretor Administrativo do MP/PB, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que, após ser lida, será também assinada pela representante do Órgão Gerenciador e pelo representante legal do fornecedor.

João Pessoa, ____ de _____ de 2012

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
GERENCIADOR**

FORNECEDOR

Testemunhas:

1) _____ CPF.: _____

2) _____ CPF.: _____



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 2012/12215
PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2012

ANEXO VII

PREGÃO N.º035/2012/MPPB

MINUTA DE CONTRATO N.º

CONTRATO N.º ____/2012, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, COM GARANTIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – PGJ, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 09.284.0001/0001-80, com sede em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, na Rua Rodrigues de Aquino, SN, Centro, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Dr. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, residente e domiciliada nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portadora do RG N.º ____-SSP/PB e do CPF N.º _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º _____, com sede na Av./Rua: _____, Estado _____, representada pelo(a) Sr. (a) _____, sócio, brasileiro, casado, residente e domiciliado à _____, nesta Capital, portador(a) do RG sob n.º _____ e do CPF N.º _____, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar este **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, com garantia, para fins de confecção, diagramação digital e edição de diversos itens, para atender às necessidades do Ministério Público da Paraíba, o qual decorre de Processo Licitatório PGJ N.º 2010/25016, na modalidade Pregão Presencial N.ºxxx, nos termos da Lei N.º



10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada no estado pelo Decreto Estadual nº 24.649/2003, aplicando-se no que couber o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e 3.784, de 06 de abril de 2001, e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, as quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de Serviços Gráficos, com garantia, incluindo-se a confecção, edição e prova digital, nos termos e quantitativos definidos no Processo Licitatório em Epígrafe, tudo em conformidade com o que consta no Termo de Referência e proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO MATERIAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo máximo para execução total dos serviços de cada item será até xx (termo de referência) dias, devendo ser procedida a entrega total da tiragem, cujo prazo será contado da aprovação da prova do material apresentado, no local indicado no parágrafo terceiro deste artigo, sem quaisquer ônus para o MPPB.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os produtos, objeto do Pregão Presencial N.º xx, somente serão recebidos depois de atestados pelo Departamento de Material e Patrimônio e pelo setor requisitante desta Procuradoria-Geral de Justiça, através de vistoria e termo de recebimento, observadas as especificações contidas no termo de referência e proposta vencedora, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em 02 (duas) vias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A entrega dos produtos deverá ser realizada pela empresa contratada, sem ônus para esta Procuradoria, no Departamento de Material e Patrimônio, localizado na Rua Treze de Maio, N.º 663, município de João Pessoa/PB.

PARÁGRAFO QUARTO - O objeto licitado será submetido a uma inspeção e vistoria durante a entrega, sendo rejeitados os que não atenderem as especificações e normas técnicas, ficando a licitante vencedora na obrigação e dever de apresentar documentos que comprovem a origem, quando solicitada pelos técnicos do Ministério Público.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de bens rejeitados ou defeituosos, a licitante vencedora deverá providenciar a imediata correção, dentro do prazo máximo de 01 (um) dia útil, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no instrumento contratual, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação.



PARÁGRAFO SEXTO - A prova citada deverá ser apresentada à Contratante no prazo de até 02 (dois) dias, contados da data da entrega pelo MPPB do conteúdo a ser diagramado, editado e impresso.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso da prova ter sido rejeitada, a Contratada deverá providenciar o conserto/alteração necessária, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, para que o produto seja entregue em conformidade com o Termo de Referência e arte fornecida pelo MPPB.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso haja atraso na entrega das provas e/ou de eventuais ajustes, o prazo de entrega do material será reduzido na mesma proporção.

PARÁGRAFO NONO - A Contratada deverá manter contato com a unidade solicitante do MPPB, quanto à entrega da prova do produto, para devida análise.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O Termo de Recebimento Definitivo só será lavrado, após a aprovação da totalidade dos itens entregues.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Pelos serviços de confecção, edição, prova digital e garantia, objeto deste Contrato, a **Contratante** pagará à **Contratada** os valores unitários e totais constantes da planilha seguinte, conforme resultado final do respectivo certame, não se admitindo qualquer reajuste sobre os valores originais propostos e vencedores.

XXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÃO

O pagamento será feito até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correspondente à aquisição do objeto pelo preço final vencedor, devidamente atestada, conjuntamente, por servidores do Departamento de Material e Patrimônio e do setor requisitante, verificada a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária ou outro meio estabelecido pelas partes, no prazo do caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual nº 32.086/2011.



PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação administrativa, contratual, financeira ou fiscal que lhe for imposta por força legal ou contratual, inclusive, em virtude de penalidade ou inadimplência sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços, correção monetária ou compensação financeira.

PARÁGRAFO QUARTO - Servidor da Diretoria Financeira do Ministério Público da Paraíba verificará se o fornecedor é optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte SIMPLES, a fim de que seja evitadas a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores unitários e totais constantes do presente Contrato serão fixos e irrevogáveis durante o período de vigência, salvo disposições legais em contrário.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de XXX, compatível com o tempo de garantia ofertado pela Contratada, a contar do recebimento definitivo de todo o quantitativo requerido.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente do presente contrato, correrá por conta da funcional programática:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Disponibilizar todos os meios necessários para a realização dos serviços;
- b) Entregar a arte dos CD-ROMs dos respectivos rótulos, para a sua devida impressão e acondicionamento nos bolsos;
- c) Permitir o acesso do FORNECEDOR ao local determinado necessário para a prestação dos serviços objeto deste contrato, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;



- d) Solicitar dos órgãos ambientais fiscalização na unidade da contratada, bem como fiscalizar e acompanhar toda a execução dos serviços, por meio de servidor do MPPB especialmente designado para isso, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a mesma;
- e) Aprovar, quando necessário, a modificação dos materiais e equipamentos a serem utilizados para a execução deste contrato;
- f) Efetuar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no contrato em epígrafe;
- g) Fazer cumprir o disposto nas cláusulas do respectivo contrato;
- h) O Ministério Público da Paraíba exime-se de qualquer responsabilidade por danos causados pelo FORNECEDOR na execução dos serviços do objeto do presente contrato, respondendo a mesma por quaisquer danos eventualmente causados;
- i) Informar à CONTRATADA sempre que notar falhas no sistema de execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO ÚNICO - São obrigações da Contratada, além das previstas no Termo de Referência e proposta vencedora, que integram o presente instrumento e cláusula, independentemente de transcrição, cumprir as seguintes obrigações:

- a) Reparar ou substituir às suas expensas e responsabilidade todo o material produzido, nos casos de falhas detectadas, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA, que venham a prejudicar, parcialmente ou no todo, a qualidade e eficácia do que se propõe o objeto deste contrato;
- b) Utilizar o sistema CTP - Computer to Plate (Computador para a chapa), na confecção dos produtos, cujo processo de gravação de chapas dispensa o uso do fotolito, transferindo o arquivo digital direto para a chapa;
- c) Manter durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica, periodicidade, especificações e entregas exigidas;
- e) Realizar a respectiva edição do material fornecido pela Contratante, apresentando a prova dos produtos, antes de sua impressão e submetendo-a à aprovação do setor requisitante, conforme a solicitação do MPPB, mediante comprovação documental;
- f) Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações



judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato;

g) Não veicular, sob nenhuma hipótese, publicidade acerca dos serviços executados ao CONTRATANTE, a não ser que haja prévia e expressa autorização deste;

h) Executar fielmente o objeto do presente contrato, de forma que os serviços a serem executados obedeçam todas as especificações técnicas e qualidades exigidas, cumprindo todas as especificações estabelecidas na proposta decorrente da Licitação;

i) Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste contrato;

j) Atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que permite à metodologia a ser adotada, à matéria escolhida e às demais questões administrativas a serem suscitadas;

k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto a legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos;

l) Fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados e nota fiscal do serviço do presente;

m) Arcar com todas as despesas com seus funcionários, fornecendo todo o maquinário

n) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia e expressa autorização do Ministério Público;

o) A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. O caso de supressão acima do limite ora estabelecido somente poderá ser efetivado mediante acordo entre as partes, o qual será efetuado mediante Termo Aditivo;

p) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

q) Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira sem previa e expressa autorização da contratante, sob pena de rescisão;



r) Entregar o objeto contratado atendendo a todas as exigências de normas técnicas exigidas, com a qualidade definida no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com as penas estabelecidas.

PARAGRAFO ÚNICO - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, sem prejuízo das penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A Contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses dos arts. 78, incisos I a XII e 79, da Lei n. 8.666/93, sem que caiba à Contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

PARAGRAFO PRIMEIRO – haverá rescisão contratual nos caso de falha na prestação dos serviços e/ou falha na qualidade dos serviços gráficos .

PARAGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos dos processos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARAGRAFO TERCEIRO - A Contratada reconhece os direitos do Contratante de rescindir o presente contrato, mediante notificação por ofício entregue diretamente ou pela via postal, com prova de recebimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de rescisão administrativas nesta cláusula;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

- a) O edital pertinente ao Pregão Presencial N.º xxx e seus anexos (Termo de Referência);
- b) Proposta vencedora do certame;
- c) Ata da sessão da licitação.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Ocorrendo inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como o descumprimento de obrigações durante o prazo de garantia, a Contratada ficará sujeita a penalidades, garantida a prévia defesa em regular Processo Administrativo, a ser conduzido pelo órgão de Administração do Contratante, salvo justificativas expressas aceitas pelo Contratante, a saber:

1 - advertência, que será aplicada de notificação por meio de ofício mediante contra-recibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 02 (dois) dias corridos para que a empresa contratada apresente defesa que só serão aceitas mediante crivo da Administração, sendo, facultativamente e a critério da autoridade superior administrativa, aplicação de multa de 5% a 10% (cinco a dez por cento) do valor do contrato;

2 - multa de 3% (três por cento) por dia de atraso do valor do contrato até o máximo de de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, por inexecução total ou rescisão por culpa da contratada, que terá caráter disciplinador do processo de licitação, cujo não pagamento poderá ensejar cobrança judicial e impedimento para contratar com o Ministério Público da Paraíba pelo período de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3 - as sanções previstas no item 1 desta e no parágrafo segundo desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do item 2, facultada defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias;

4 - demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão descontados de eventuais pagamentos devidos à Contratada, ou cobrados pela via administrativa, ou, ainda, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, devendo ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação e na forma da legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficará impedida de licitar e de contratar com o Ministério Público do Estado da Paraíba, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, que ensejar retardamento da execução do objeto contratado por prazo superior a 15 (dias) dias, e/ou prestar o serviço defeituoso, que venha causar prejuízo ou transtorno a administração, independentemente do cumprimento da obrigação de correção, sem prejuízo da multa estabelecida.



PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficaré impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade à vencedora, ora contratado, que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e/ou descumprir obrigações durante o prazo de garantia.

PARÁGRAFO QUARTO - Além do não cumprimento do prazo de execução, a pena de advertência, prevista nesta cláusula será aplicada nas seguintes hipóteses:

1- deixar de atender o chamado da contratante, durante o prazo de garantia, pelo prazo superior a 02 (dois) dias;

2- deixar de substituir o material defeituoso no prazo superior a 05 (cinco) dias, depois de notificada e durante o prazo de garantia.

PARÁGRAFO QUINTO - A pena de 30% (cinquenta por cento) de multa será aplicada também nas seguintes hipóteses:

1- Advertências reiteradas;

2- Falha na qualidade dos serviços gráficos, independentemente de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE GARANTIA

O prazo de garantia será de (mínimo de 12 (doze) meses para os serviços, ficando de inteira responsabilidade da contratada a restauração e/ou substituição do produto final gráfico, observando-se as especificações e normas estabelecidas no Termo de Referência, sem ônus para a contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de garantia se inicia com a entrega definitiva dos serviços, com a apresentação do Atestado de Recebimento Definitivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de divergência entre a vigência estabelecida neste instrumento com o início e término da garantia em virtude do Atestado de Recebimento Definitivo, considerando qualquer possibilidade de não cumprimento pela contratada, deverá ser aditado para restabelecer o prazo de garantia, sem prejuízo de penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, da forma adiante prevista ou por outros prepostos especialmente designados pela Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá ao setor requisitante do MPPB o acompanhamento da execução dos serviços de confecção, diagramação digital, edição do material, bem como da aprovação da respectiva prova.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Abrange os serviços de acompanhamento da execução as seguintes obrigações:

- A) Fornecer à CONTRATADA todos os dados que forem necessários para a prestação do serviço;
- B) Manter relações com a CONTRATADA, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente;
- C) Fiscalizar a execução do contrato de prestação de serviço, comunicando à Procuradoria-Geral de Justiça qualquer desobediência aos seus termos, para aplicação das sanções previstas na legislação.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento será publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Em cada exemplar dos itens deve ser colado um bolso do tipo citado nos respectivos itens, para colocação de 01 (um) CD-ROM, na contra-capa de cada um deles, que acompanhará a referida publicação (conforme termo).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Juntamente com os textos a serem confeccionados para os itens citados no caput desta cláusula, o MPPB entregará à Contratada, os CDs-ROM, para a gravação do conteúdo do produto, idêntico como está impresso, cujos CDs-ROM deverão, posteriormente, ser acondicionados no bolso constante da contra-capa do produto, acompanhando a referida publicação.



PARÁGRAFO SEGUNDO - Na frente de cada CDs-ROM, acima tratados, deverão ser impressos rótulos, pela Contratada, cuja arte será repassada pelo MPPB.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços de confecção, diagramação, editoração e aprovação da prova de cada item serão devidamente acompanhados, pelo setor requisitante, a quem competirá a elaboração dos ajustes de layouts, apresentação e finalização de artes e aprovação dos serviços gráficos.

PARÁGRAFO QUARTO - O presente contrato poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo, na forma da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

João Pessoa (PB) _____ de _____ de 2012.

Procuradora-Geral de Justiça
Pela CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF.: _____

2. _____ CPF.: _____